

Prof^a IRIS KANTOR

História Ibérica I

Texto / Cópias



Fonseca



JORNADAS DE CULTURA HISPANO-PORTUGUESA

VICENTE A. ALVAREZ PALENZUELA
EDITOR CIENTÍFICO

HORIZONTE CASTELHANO NO DEBATE POLÍTICO EM PORTUGAL NO FINAL DA IDADE MÉDIA*

LUÍS ADÃO DA FONSECA

O Atlântico é espaço marítimo com história, quase tão antiga como a de Portugal e de Castela. O primeiro momento remonta a finais do século X, com as migrações oceânicas dos Escandinavos, que navegam até à Irlanda, à Gronelândia e ao continente norte-americano. Sendo empresa sem continuidade, em meados da década seguinte, tudo terminará; os normandos não voltam à costa americana. Fica, no entanto, a referência: as viagens escandinavas no dealbar de um novo milénio representam, de facto, o início da história do Oceano. De certa forma, o Atlântico tem mil anos. Mas este primeiro capítulo do milénio nada diz à Península Ibérica.

Muito mais dirá o capítulo seguinte, que, em finais do século XI, se começa a fraguar na pequena *manga* que coincide com o canal que separa a Inglaterra da França, unificado na segunda metade do século XI, quando o duque da Normandia conquista o trono inglês. Para os peninsulares -situados na *Esquina da Europa*, como algum autor lhe chamou-, este é o verdadeiro ponto de partida. O problema é europeu, mas o espaço objecto de consideração é mais pequeno: a Península Ibérica ocidental, Portugal e Castela. Trata-se, assim, de um problema de articulação de espaços. Neste trabalho, vou apresentá-lo em termos do relacionamento luso-castelhano, procurando mostrar como, num tempo determinado (o da Baixa Idade Média), ambos os reinos protagonizam um processo de cinco séculos que, do primeiro Atlântico costeiro de finais do século XI ao Atlântico oceânico dos inícios da modernidade, resume uma das dimensões fulcrais da história do ocidente europeu.

Já em trabalhos anteriores tive oportunidade de explicitar estes espaços na perspectiva da história portuguesa. Mas penso que o mesmo esquema se pode ampliar, sem grandes alterações, aos horizontes mais vastos da Península Ocidental, ou seja, até Castela. Julgo que, nesta ampliação do esquema de raciocínio, se devem considerar, fundamentalmente, três elementos: em primeiro lugar, em que medida o Mediterrâneo e o Atlântico constituem os dois grandes espaços marítimos com maior incidência na história da Europa; em segundo lugar, a forma como os territórios portugueses e castelhano se encontram situados no cruzamento de ambos os espaços; em terceiro lugar, o modo como a diversidade daí resultante se evidencia no contraste do território e das populações. Obtém-se, assim, uma trilogia que nos habilita a olhar para a complexa problemática que preside ao relacionamento externo dos dois reinos, quer entre si, quer com as outras regiões da Europa, como manifestação directa desta dupla vocação.

Relacionando estas coordenadas, é possível articular em três pontos a abordagem do problema. Formulo-os nos seguintes termos: falar das relações entre Castela e Portugal nestes séculos representa, no fundo, falar da forma como foi assumida politicamente a dialéctica entre o *mar antigo* e o *oceano nascente*; ou seja, representa, como disse há pouco, falar da relação da Europa com o Oceano; mas procura-se fazer uma leitura ibérica do problema europeu. No fundo, é uma maneira de pensar as questões de forma circular: parte-se de Castela e de Portugal e, através do mar e da Europa, regressa-se à Península Ibérica...

* Conferência inaugural das III^{as} Jornadas de Cultura Hispano-Portuguesa, Universidad Autónoma de Madrid (1997-11-13). Nas notas, limitei-me a citar trabalhos da minha autoria onde são desenvolvidos os problemas referidos no corpo do texto. O leitor interessado encontrará aí indicada a bibliografia importante para cada tema.

É obvio que importa começar por definir a metodologia utilizada, de modo a encontrar um modelo operativo, tanto para a realidade portuguesa como castelhana. O objectivo é, assim, definir um esquema interpretativo que possa ser testado sucessivamente nos diferentes níveis em que se situam, num determinado período da sua história, as relações externas na Península Ibérica, desde a economia à política diplomática. A bipolaridade Atlântico/Mediterrâneo pode constituir o ponto de partida, isto é, trata-se de, aproveitando a visão da Península Ibérica como terra de contrastes, reconhecer os efeitos aglutinantes da oposição Atlântico/Mediterrâneo. Para utilizar palavras de Lucien Febvre, embora escritas num contexto diferente, diria que a aplicação da referida bipolaridade a alguns aspectos da história da Península Ibérica da Baixa Idade Média —passo a citar— *c'est un problème de rapports, et non pas d'influences* [é um problema de relações e não de influências].

São conhecidas as grandes linhas da dialéctica dos espaços atlânticos ao longo do período medieval. Para começar, um *primeiro Atlântico*, limitado entre o Mar do Norte e o Cantábrio, determinado por coordenadas meridianas, projectado verticalmente ao longo das costas francesas nos séculos XII e XIII; mais tarde, como consequência da abertura da rota do Estreito de Gibraltar, este espaço alarga-se para o Mediterrâneo Ocidental. Como espaço marítimo, as suas coordenadas geo-económicas assentam no intercâmbio entre os dois complexos, o do Mediterrâneo Ocidental e o do Mar do Norte/Mancha. Depois, já iniciado o século XV, um *segundo espaço Atlântico* que, embora nascendo do anterior e coexistindo com ele, acaba por se diferenciar claramente, já pela sua expressão horizontal, já pelos productos que no seu seio circulam; são produtos mediterrâneos, como o açúcar, o ouro, os escravos, muito diferentes dos do outro Atlântico, o sal, a lã, os cereais. Ou seja, importa sobretudo distinguir nesta dualidade oceânica dois espaços diferenciados: um *primeiro Atlântico*, definido *meridianamente*, e com raízes antigas que remontam ao século XII, e um *segundo Atlântico*, que se estende *horizontalmente* no quadro da expressão mediterrânea para ocidente. Se Portugal vai ser directamente influenciado por esta dualidade, não o será menos Castela e, consequentemente, não serão menos afectadas as relações políticas entre as duas coroas.

Como se vê, o que está em causa é fulcral para a Europa: é todo o sistema de comunicações marítimas que passa ao largo das costas andaluzas, portuguesas, galegas e vascas. As implicações diplomáticas são evidentes: se Portugal dá maior atenção às comunicações com o Norte da Europa, diplomaticamente estará mais ligado a Inglaterra e, consequentemente, no campo oposto a Castela. Se, pelo contrário, Portugal está mais preocupado com as comunicações por Gibraltar, diplomaticamente estará mais ligado a Castela. Na realidade, o problema não foi assim tão simples. Tanto em Portugal como em Castela, não foram poucos os momentos em que, na mesma altura, se enfrentaram grupos com interesses opostos (de um lado, os mais favoráveis ao Norte, e, do outro lado, os que privilegiavam Gibraltar), degladiando-se pelas opções diplomáticas diferenciadas que cada um dos polos implicava. Daí as questões internas, os enfrentamentos armados em que ambos os reinos foram férteis, sobretudo ao longo da Baixa Idade Média.

Assim, entre os séculos XII e XVI, ao mesmo tempo que Castela aparece como o problema fundamental da política externa portuguesa, simultaneamente com não

menor força Portugal se plasma como uma das coordenadas do problema primordial da política externa castelhana. Com uma pequena-grande diferença: enquanto, para Portugal, Castela situa-se sempre em qualquer das opções (isto é, não é possível aos responsáveis lusitanos decidirem à margem do horizonte castelhano), para o reino central da Península, Portugal é apenas uma das opções, porque a outra privilegia a vertente aragonesa. De qualquer modo, no contexto das relações luso-castelhanas, o mar —*mar interior* ou *mar oceano*— está frequentemente presente... E se é o mar que impõe a pauta, imporá naturalmente a cronologia.

Uma exposição pormenorizada desta questão deveria remontar a meados do século XIII. Deveria começar por reflectir sobre as implicações estratégicas da conquista do Algarve, chamando a atenção para o significado dos tratados de Badajoz de 1267 e de Alcanices de 1297. A falta de espaço e de tempo impedem-me de o fazer. Limiteme, assim, a uma breve consideração geral.

Em meados do século XIII, em termos de relações luso-castelhanas, esgota-se a *reconquista* na Península Ibérica ocidental. Não se trata, em rigor do seu fim, mas do período em que as conquistas territoriais ao Al-Andalus constituíram o principal objectivo das monarquias cristãs do norte da Península. Neste contexto, a conquista do Algarve, em meados do século XIII, por Afonso III, vai colocar vários problemas à política externa portuguesa perante o vizinho territorial. A chamada questão do Algarve, que só veio a ser resolvida em 1267, pelo tratado de Badajoz (já citado), é o primeiro sinal de que o sistema se tinha alterado. Terminara a *reconquista* em Portugal, e terminara também a primeira fase da mesma em Castela, com a tomada de Sevilha, em 1248. Quer isto dizer, que a *reconquista* com factor legitimador da *separação* entre Portugal e Castela, deixa de ter sentido na segunda metade do século XIII. A fronteira, como *marca* por onde se separam as obediências, por excelência a *fronteira da reconquista*, torna-se, na segunda metade do século XIII, progressivamente uma realidade do passado. É, assim, cada vez mais premente a outra *fronteira*, a fronteira dos limites entre as diferentes soberanias. Assim, o tratado de Alcanices —também já citado— situa-se num quadro multifacetado em que as relações entre os poderes ibéricos —nomeadamente os luso-castelhanos— se desenvolvem num contexto novo, relativamente recente (data de meados do século), e caracterizado, por um lado, pela transformação da noção de fronteira, própria da emergente noção de *estado*, e, por outro lado, pelo fim da *reconquista* territorial no ocidente de Península.

Recorde-se que este processo é contemporâneo das profundas transformações entretanto em marcha no sistema de comunicações internacionais no oeste europeu —de que a inauguração das rotas marítimas ligando o Mediterrâneo ao Mar do Norte e à Mancha vai constituir o exemplo mais relevante. Mercê desta transformação, a Península ocidental vai aparecer estrategicamente colocada no meio desta rota, cujo ponto de referência axial se situa no Estreito. Quer isto dizer que, numa conjuntura em que os avanços da *reconquista* colocam Portugal e Castela lado a lado no extremo meridional da Península, com a imperiosa necessidade de definirem as fronteiras em terras recentemente *reconquistadas*, as regiões meridionais adquirem uma insuspeitada relevância porque se encontram na fachada de acesso a Gibraltar.

Por isso, é tão importante para Portugal a posse do Algarve. *Pode dizer-se* —escreve Jorge Borges de Macedo— *que com a posse do Algarve se jogou o destino de Portugal*

independente. Pela minha parte, talvez não vá tão longe; mas creio que da posse do Algarve depende a abertura gibraltarenha do reino português, e, conseqüentemente, toda e qualquer possibilidade de este reino manter como seus os territórios situados a sul do Tejo. No fundo, Alfonso III e seu filho Dinis perceberam muito bem que o novo enquadramento decorrente do fim da *reconquista* implicava para o reino a necessidade de definir uma política marítima, e também naval. Ou seja, por parte da monarquia portuguesa, existe uma perfeita continuidade entre a conquista do Algarve, a sua defesa político-diplomática e a definição de uma estratégia marítima. E é nesta sequência que se situa, como momento relevante, a definição fronteiriça de Alcanices.

Vejamos em que medida tal acontece. A este propósito, permito-me recordar que, poucos anos depois, em 1319, pela *Ad ea ex quibus* de João XXII, o rei de Portugal obtém do Papa a fundação da Ordem de Cristo. E, logo no ano seguinte, em 1320, pela bula *Apostolice sedis*, o mesmo Papa —aludindo à acção do rei lusitano e à contratação do genovês Pessanha para chefiar a armada portuguesa— equipara a armação de galés no Estreito de Gibraltar à cruzada, ou seja, legítima a estratégia naval da monarquia portuguesa. É difícil não estabelecer uma relação estreita entre estes dois diplomas, nomeadamente quando se recorda que, por disposição expressa da já citada bula de criação da Ordem, a sua primeira sede foi Castro Marim, próximo da foz do rio Guadiana. Manifesta-se, desta forma, a importância atribuída ao horizonte marítimo pelos novos responsáveis. A Ordem de Cristo institucionaliza, assim, a solução de continuidade na prossecução do *ideal de cruzada*, que, momentaneamente, parecia ter terminado em 1249, com a conquista de Faro aos muçulmanos.

Em resumo, em 1319-1320, a monarquia portuguesa define uma política militar para o reino, a partir da ampliação do entendimento tradicional da Reconquista: da luta contra um inimigo presente no território nacional evolui-se para a promoção da guerra face a um inimigo que, embora já não esteja presente nas fronteiras do reino, continua próximo. Ou seja, define-se então uma nova fronteira estratégica: com a passagem da continentalidade ao mar, a guerra marítima e o curso adquirem a dimensão de cruzada.

Vemos, assim, como se vai desenhando todo o processo que, a partir da conquista do Algarve, conduz à definição de uma fronteira estratégica meridional por parte de Portugal, já no início do século XIV, que é colocada em Gibraltar. A monarquia portuguesa dá, neste momento, um primeiro passo daquilo que se manterá durante muito tempo como a pedra basilar da sua política diplomática: perante Castela, a defesa dos interesses lusitanos passa pela afirmação de uma *dupla fronteira*: a fronteira territorial, por um lado, e, por outro, a fronteira estratégica da defesa das rotas comerciais e militares, situada mais além da primeira.

No entanto, é importante ter consciência de que a definição do Estreito como *fronteira estratégica meridional* lusitana implica um grave problema: Gibraltar, nestes anos, também é definida, pelo reino de Castela, nos mesmos termos. Ou seja, Portugal coloca a sua fronteira estratégica *em casa do vizinho* —perdoe-se-me a expressão—. Este pensamento estratégico só não constitui um tremendo erro porque foi acompanhado por uma outra opção: a necessidade imperiosa de aliança e paz com Castela. Só assim Gibraltar não servirá de ponto de partida para constantes conflitos. Com razão, na *Monarquia Lusitana*, lê-se o seguinte comentário: *O mais cruel é que [em Alcanices] se obrigou el Rei D. Dinis a favorecer o genro e segurá-lo, pois até con-*

tra o Infante D. João não quis executar guerra ofensiva... Na realidade, esta vai ser uma constante na futura política diplomática lusitana: sempre que a conjuntura convidava Portugal a dar prioridade a Gibraltar —e quem diz Gibraltar, diz Magreb, diz Mediterrâneo Ocidental—, é forçosa a aproximação peninsular. Quando são outras as prioridades, Gibraltar e o *Mar Interior* são esquecidos...

Creio que se entende agora o verdadeiro significado do tratado de Alcanices: assumida a necessidade de defender a conquista do Algarve como elemento indispensável da abertura de Portugal ao Mediterrâneo, assegurada esta posse pelo tratado de Badajoz de 1267, é claro que a monarquia lusitana teria de atribuir prioridade à vertente peninsular. A história do que foi a política externa no reinado de Dinis é disso evidente. Neste contexto, a resolução do contencioso da fronteira terrestre, em Alcanices, constitui condição indispensável. Em suma, este tratado, assinado em 1297, representa um momento chave em todo o processo. Enquanto complemento do que se assinara, anos antes, em Badajoz, retroprojecta-se para meados do século XIII, para a conquista do Algarve. Mas, aponta simultaneamente para o projecto que se vai concretizar nos primeiros anos do século seguinte: a definição de uma fronteira estratégica. Assim, em termos do nosso sistema de relações externas, Alcanices simboliza uma política de fronteiras que, definida entre 1250 e 1340, vai condicionar toda a nossa política externa até aos tempos modernos. A meu ver, as suas consequências perdurarão até finais do século XVI. Dito por outras palavras, o tratado de Alcanices constitui um evento determinante num processo de definição do sistema de relações externas de Portugal, o qual, desenhado na transição do século XIII para o XIV, se manterá sem grandes alterações durante mais de trezentos anos. Em termos materiais, trata da fronteira terrestre; formalmente, insere-se num modelo que aponta para uma fronteira de outro tipo: o da fronteira estratégica. Por isso, é tão importante.

Como se viu, no início do século XIV, determina-se a *fronteira estratégica meridional*: Gibraltar. No entanto, as perspectivas então definidas encerram um dinamismo com conseqüências significativas no futuro. Com efeito, em finais do mesmo século, com o tratado de Windsor (1386), determina-se a *fronteira estratégica setentrional*: o canal da Mancha. E, mais tarde, no século XV, entre 1431 e 1494, acrescentar-se-á a estas duas noções uma terceira: a do Atlântico como retaguarda estratégica da defesa de Portugal perante Castela.

Começo por considerar o acordo anglo-português de Maio de 1386. Então, os representantes do rei de Portugal assinam em Windsor, juntamente com os três procuradores ingleses, um tratado de amizade e *confederação* entre as duas monarquias.

Para as relações luso-castelhanas, este diploma tem uma importância fundamental. Atrás, está presente um problema europeu, que afecta directamente Castela. Refiro-me a todo o conjunto de questões, vividas pela Europa Ocidental, entre meados do século XIV e meados do século XV, normalmente designados por *Guerra dos Cem Anos*. A meu ver, o que se encontra em debate no conflito continental é o problema do domínio do espaço, já citado, do *primeiro Atlântico meridiano*. Com efeito, a questão estratégica que se encontra subjacente ao contencioso franco-britânico é a de saber quem domina as rotas marítimas que, no seu interior, ligam entre si —ao largo das costas ocidentais da França e da Península Ibérica— o norte e o sul da Europa.

É isto que está em causa na Europa atlântica na segunda metade do século XIV, e ao qual nem Portugal nem Castela ficam alheios. Neste sentido, as crises dinásticas que caracterizam a história ibérica na segunda metade do século XIV e nos inícios do século XV (recordem-se o assassinato de Pedro I em Março de 1369, a batalha de Aljubarrota em Agosto de 1385, ou o acordo de Caspe em Junho de 1412) não podem ser vistas independentemente do contencioso europeu contemporâneo.

Em trabalhos anteriores, já tive oportunidade de mostrar de que modo tal contencioso está profundamente relacionado com a evolução das relações luso-castelhanas ao longo da segunda metade do século XIV¹. De forma muito resumida, passou-se o seguinte. No decorrer da primeira fase da *Guerra dos Cem Anos* —que pode ser apelidado de *sistema de guerra de Crécy*—, o problema estratégico de fundo (a luta pelo domínio do pequeno espaço atlântico que da Mancha se estende ao Cantábrico) afecta directamente as relações entre Portugal e Castela. Se, entre 1336 e 1372, Portugal procura manter uma política neutral, paralela à praticada por Afonso XI de Castela, com a derrota francesa de Crécy, em 1346, fica inviabilizada esta orientação. A partir de então —e até 1386— Portugal vê-se obrigado a praticar uma diplomacia pouco coerente, mais dependente da evolução da conjuntura europeia do que das realidades estritamente ibéricas. O monarca lusitano tem uma preocupação fundamental: garantir diplomaticamente a liberdade de navegação atlântica que lhe assegure o acesso aos mercados do Norte. Consoante as circunstâncias, sobressai uma postura mais favorável a uma aproximação inglesa ou, pelo contrário, mais inclinada a uma amizade castelhana; mas, no fundo, sempre se mantém essa preocupação. Quando, pela evolução da guerra europeia, os termos desta dualidade —Inglaterra ou Castela— se tornaram impossíveis de conciliar (o que se verificou no tempo do rei Fernando), e se tornou, portanto, imprescindível a opção, Portugal encontra-se na difícil situação de ter de decidir com uma capacidade de manobra cada vez mais limitada. De facto, o reino lusitano não tem meios para impôr uma política de forma unilateral, pelo que apenas pode aproveitar a seu favor as oportunidades oferecidas pelas alianças europeias.

Posteriormente, entre 1372 e 1386, os acontecimentos vão-se precipitar. Se até 1369, quando ainda se não tinha dado a derrocada inglesa no Atlântico, Portugal pode praticar uma discreta diplomacia favorável à Inglaterra, a partir de então, a supremacia da marinha vasca (de que o momento mais significativo é a capitulação inglesa em La Rochelle, em 1372) força-o a inverter a posição no sentido pró-castelhana. De facto, o rei de Portugal outra coisa não pode fazer senão negociar com Castela a liberdade de navegação para o comércio lusitano (é o caso do tratado assinado em Março de 1373, entre Portugal e Castela, que, ao estender-se à França, revela um claro posicionamento anti-inglesês). Politicamente, Portugal entra na área de influência castelhana.

Na década dos anos 80, a conjuntura europeia altera-se. Não é só o Cisma da Igreja Católica, mas é sobretudo a Inglaterra que modifica a sua orientação em relação à Península Ibérica. Este último aspecto tem enormes consequências para a futura evolução da política lusitana. João de Gant (filho de Eduardo III, e verdadeiro inspirador da política britânica desde 1377) defende —e acaba por impôr este ponto de vista— que o futuro da Inglaterra passa pela prosperidade do seu comércio exterior, e que a resolução desta exigência se decidirá, em última análise, no quadro da Península Ibérica.

Portugal é, então, sujeito a sucessivas pressões desencontradas às quais tem grande dificuldade em resistir. O tratado de Salvaterra de 1383, também assinado com Castela, representa o reforço da ligação de Portugal ao reino vizinho; representa —e a expressão não é minha— a *inserção lusitana no sistema de monarquias que, sob a orientação castelhana, iria controlar o comércio e a navegação entre o Mar do Norte e o Estreito de Gibraltar*. Internamente, o país divide-se. Aparentemente, a duplicidade constitui a tónica dominante: por um lado, mantém contactos com a Inglaterra e, por outro, renova as ligações com Castela. Num primeiro momento, esta parece prevalecer; falecido o rei Fernando, João I de Castela (casado com a filha e herdeira do monarca português), apresenta-se como o partido com maiores possibilidades. No entanto, a alternativa inglesa acaba por se impôr. Entre 1383 e 1386, uma sucessão extremamente rápida de acontecimentos bélicos e diplomáticos coloca Portugal ao lado da Inglaterra (da vitória portuguesa em Aljubarrota, em 1385, à aliança formalizada no Tratado de Windsor, em 1386).

Com o texto assinado em Windsor, Portugal define quatro grandes coordenadas para a sua política externa; proclama-se defensor da liberdade das rotas marítimas, define a Mancha como fronteira estratégica setentrional (da mesma forma que, em princípios do século XIV, tinha definido Gibraltar como fronteira estratégica meridional), entra no século XV com um posicionamento europeu pró-britânico e, consequentemente, anti-castelhana. Em resumo, olhando para o relacionamento entre os dois reinos do ocidente da Península, os anos de 400 começam por ser anti-castelhanos. Durante décadas, sucedem-se as tréguas; a paz definitiva terá de esperar por 1431. Finalmente, é fundamental uma última coordenada: de forma ainda mais clara do que tinha acontecido no princípio do século XIV, agora, toda a política externa portuguesa assenta na definição de uma estratégia espacial em que a dimensão marítima é determinante. Pela primeira vez, como Jorge Borges de Macedo chamou a atenção, *Portugal apercebia as consequências de estribar a sua independência em forças exclusivamente peninsulares, em combinações dinásticas ou em alianças mal definidas*. Para evitar tais inconvenientes, é assinado o acordo. Com efeito, o tratado cria os instrumentos diplomáticos que permitem assegurar a liberdade de acesso de Portugal às rotas marítimas atlânticas, ou seja, na perspectiva dos interesses lusitanos, constitui a resposta adequada aos problemas levantados pela integração de Portugal nas ligações marítimas da Europa do Sul com o Norte.

Como há pouco sublinhei, a política externa portuguesa ao longo da segunda metade do século XIV tem que ser entendida no contexto europeu do que chamei o *primeiro Atlântico meridiano*. Na verdade, com altos e baixos, serpenteando entre conjunturas antagónicas e provocando não poucas vezes atitudes díspares, os pressupostos económicos deste espaço atlântico acabam por impôr uma série de acordos comerciais e diplomáticos com importância fundamental na história portuguesa (o mais significativo dos quais é o já citado tratado de 1386). Neste contexto, compreende-se o fundamento da política defendida pelas cidades marítimas portuguesas na segunda metade do século XIV: segundo elas, Portugal só tem possibilidade de manter o acesso privilegiado às rotas do Atlântico meridiano num quadro político e diplomático de perfeita demarcação relativamente às rotas castelhanas, vascas ou andaluzas, na medida em que as frotas do reino vizinho se

desenvolvem também no mesmo espaço político. Com efeito, a eventualidade de os barcos portugueses terem acesso ao Atlântico no quadro de uma aliança com Castela acabaria por subalternizar a navegação lusitana nessas rotas; isto é, acabaria por lhes ser fatal.

No entanto, para o Portugal do início do século XV, não existem apenas as questões relacionadas com o norte atlântico. Sendo um problema aparentemente específico dos reinos ibéricos, pelas suas implicações, constitui ao mesmo tempo um dos mais relevantes da política europeia de então. A Península, na altura dividida em três grandes monarquias (Portugal, Castela e a Coroa de Aragão), transforma-se então num dos palcos onde se debatem alguns dos problemas fundamentais da Europa ocidental da primeira metade do século XV. São os problemas subjacentes ao segundo sistema bélico da *Guerra dos Cem Anos* — conhecido pelo nome de *guerra de Azincourt* (1415)—. Por outras palavras, tais problemas encontram assim, no mundo peninsular, um dos seus focos de tensão mais intensos.

Fernando de Antequera é, provavelmente, um dos responsáveis políticos peninsulares que, mais cedo e mais claramente, percebe as implicações derivadas da alteração da conjuntura. Ao tomar consciência de que se impõe quebrar a política atlântica praticada até então por Castela, o príncipe castelhano compreende que tal ruptura implica o desvincular das alianças diplomáticas, que deveriam continuar favoráveis à França, das estratégias comerciais, que deviam agora ser favoráveis à Inglaterra. Este programa, verdadeiro motor de muitas das opções da Península Ibérica ao longo do século XV, implicava, assim, duas consequências simultâneas: em primeiro lugar, a pacificação das rotas atlânticas; em segundo lugar, uma maior sensibilização dos interesses dos reinos peninsulares (nomeadamente de Castela e de Portugal) para as regiões mais meridionais da Europa.

Em Portugal, esta nova orientação, embora timidamente, é iniciada já no tempo de João I, mas não há dúvida que ela foi desenvolvida e coerentemente praticada, ao longo do meio século subsequente, pelo filho e pelo neto (Duarte e Afonso V), anos em que o reino lusitano desenvolve uma estratégia ofensiva na Península Ibérica, orientada fundamentalmente para a problemática do mundo mediterrâneo. Portugal, situado a meio caminho entre o Mar do Norte e a Itália, tende a privilegiar cada vez mais o acesso ao Mediterrâneo Ocidental, o que quer dizer que o relacionamento com a Península Ibérica se transforma no problema fulcral a enfrentar. Para isso, era indispensável resolver o contencioso luso-castelhano herdado do século XIV. Daí que a trégua de 1411 seja renovada em 1423, e, finalmente, em 1431, seja assinada a paz entre Portugal e Castela.

Mas, a par da vertente diplomática luso-castelhana, esta orientação tem uma vertente militar, que aponta para Marrocos (iniciada em 1415 com a expedição vitoriosa de Ceuta). Mas está também presente em muitos outros domínios, como a importância dada a Granada², de Valência, da Catalunha³, e também de Itália (onde Génova se perfila como o polo mais significativo⁴).

No fundo, esta outra orientação tem também — à semelhança do que aconteceu na segunda metade do século XIV com a *guerra de Crécy*— uma expressão espacial. Mas agora o espaço em que os problemas se debatem é diferente. Já não se trata das comu-

nicações atlânticas de carácter meridiano, mas das comunicações marítimas meridionais que, a partir do Mediterrâneo ocidental, acompanham a expansão do *mar interior* para o Oceano.

Este espaço, como se vê, tem directas implicações na aproximação de Portugal ao reino vizinho. O plano de domínio marroquino posto em prática pelos portugueses, bem como a tentativa de conquista de Granada por Henrique IV de Castela, no fundo, são expressão da aliança luso-castelhana que dominou a diplomacia peninsular nos segundos e terceiro quartel do século XV. Aliás, esta conexão tem uma importante componente de estratégia económica (em que é clara a preocupação monopolista do controlo do comércio norte-africano), constituindo a manifestação regional do problema europeu relacionado com a evolução da balança de pagamentos entre o Noroeste europeu e o Mediterrâneo Ocidental em meados da centúria⁵.

Para os responsáveis portugueses, desde os princípios do século XV, a experiência tinha demonstrado a impossibilidade de levar a cabo uma política europeia na Europa meridional, sem ter em conta a realidade da monarquia vizinha. E, mais tarde, no decorrer da década dos anos 40, percebeu-se, em ambos os lados da fronteira, que era imprescindível uma actuação concertada luso-castelhana. Os principais responsáveis desta orientação são bem conhecidos: Álvaro de Luna em Castela e o infante D. Pedro em Portugal. Mercê desta orientação, João II de Castela casa pela segunda vez com uma princesa portuguesa. Mas, será depois das grandes crises peninsulares dos anos 1448-1453, com o advento de dois novos monarcas (Henrique IV em Castela e Afonso V em Portugal), e com o casamento —pleno de consequências desastrosas no futuro, mas na altura altamente esperançador— da irmã de Afonso V com Henrique IV, que a situação se altera completamente.

Esta alteração é tão significativa que, quando se chega a meados do século XV, a fisionomia da Península se apresenta bem diferente da de 50 anos antes, na altura em que Portugal assinara o Tratado de Windsor. Consequentemente, a fisionomia da inserção de Portugal e de Castela na Europa também é diferente. Por exemplo, de um reino de Castela empenhado na *Guerra dos Cem Anos* e inimigo de Portugal, evoluiu-se para uma pacificação das relações luso-castelhanas, terminado já o grande conflito europeu. De uma Coroa de Aragão, governada pelo último monarca da casa condal de Barcelona, evoluiu-se para uma monarquia da casa trastámara empenhada num ambicioso projecto de hegemonia externa. Em meados do século XV, os responsáveis peninsulares têm perfeita consciência de que os problemas gerados pela evolução dos acontecimentos desde o princípio do século só tinham agravado a incapacidade manifestada pelas monarquias ibéricas em resolver isoladamente a problemática peninsular de então. E esses problemas não são pequenos: são os problemas internos criados pela luta entre a nobreza e a monarquia, e são os problemas externos derivados da pacificação atlântica, da progressiva importância dada ao mundo mediterrâneo, e os derivados do desequilíbrio económico nas transações entre o Norte e o Sul.

Nesta ordem de ideias, em meados do século, a monarquia portuguesa define uma estratégia diplomática europeia que, em linhas gerais, mais não faz do que assumir conscientemente a realidade da sua inserção peninsular. E, os dados disponíveis permitem pensar, sem temor, que uma tal estratégia terá sido definida em directa consonância com os responsáveis castelhanos. Pelas suas consequências, uma tal estratégia vai determinar grande parte da evolução futura até entrado já o

século XVI. Com ligações antigas às regiões do Norte, com contactos progressivos com o Mediterrâneo Ocidental, e com interesses crescentes no Atlântico africano, os responsáveis lusitanos são obrigados a desenvolver uma política europeia polivalente à qual não é alheio algo que constitui provavelmente a maior *originalidade* europeia do Portugal de então: a necessidade de articular a enorme diversidade de solicitações decorrente da circunstância de o país possuir interesses em praticamente todos os mares na altura navegados, do Mar do Norte ao Mediterrâneo, e do Golfo de Guiné ao da Biscaia. É obvio que uma pequena potência, em face de uma tal dispersão, outra coisa não poderia fazer senão optar pela neutralização de alguns polos através de uma política de pacífica colaboração com o equilíbrio dominante.

É certo que a esta política não é alheia a problemática derivada dos primeiros descobrimentos no Atlântico. E se, neste domínio, os resultados positivos são bem conhecidos, no quadro europeu, não teve o êxito esperado. Tal como foi delineada na década dos anos 50, a íntima aliança com Castela teria conduzido à natural incorporação de ambos os reinos na mesma unidade dinástica. Tal não foi possível por muitas e variadas razões: uma das mais significativas resulta dos termos em que essa aliança foi posta em prática, tanto por Portugal como por Castela. Aparentemente, percorrendo o filme dos acontecimentos, tudo foi feito em função de uma atitude anti-aragonesa, com a natural consequência de provocar a oposição da Coroa de Aragão e dos elementos pró-aragoneses de Castela. João II de Aragão e, mais tarde, o seu filho Fernando, não poderiam viabilizar uma orientação que os condenaria à periferia mediterrânea ou, eventualmente, ao próprio desmembramento da Coroa. De certo modo, foi este o profundo erro de estratégia que terá conduzido ao fracasso da *aventura* catalã do Condestável Pedro de Portugal e dos portugueses que o acompanharam a Barcelona em 1464-1466⁶.

No entanto, as razões de fundo apontam para mais longe. Cientes do papel articulador que a geografia oferecia à fachada ocidental da Península, os responsáveis de Portugal e de Castela pretendem dar corpo a uma nova forma de equilíbrio peninsular. Esta orientação, valorizando as capacidades do bloco atlântico, visa de facto uma política com horizontes europeus, qual seja a de controlar -através do Estreito de Gibraltar- tanto o acesso do Atlântico ao Mediterrâneo como o da Europa ao Norte de África. Sensibilizados pela experiência das navegações atlânticas (mais Portugal do que Castela), pretendiam, na realidade, desenvolver uma política de âmbito continental a partir do domínio conjunto das articulações de um espaço marítimo delimitado em função de Gibraltar. É, de facto, uma estratégia bem delineada que, no entanto, apresenta a enorme e fatal fragilidade de apelar a problemas ainda marginais para os tradicionais centros do poder europeu.

De qualquer forma, importa ter presente que toda esta movimentação se desenvolve no interior de um processo de dimensão europeia como é o da formação dos Estados modernos. Neste contexto, importa ter presente que a política portuguesa não decorre tanto de uma impetuosa estratégia conquistadora (como uma visão superficial poderá admitir), quanto de um lento, difícil e pouco linear esforço por construir espaços e equilíbrios nacionais numa época de profunda mutação. E, neste processo, a Península apresenta características peculiares que não se podem deixar de considerar. Para além da herança de séculos de diversidade, existem, no mundo ibérico, for-

tes coordenadas que favorecem a aproximação (derivadas da luta contra o Muçulmano, de uma experiência de comunidade e interdependência cultural, entre outras). Neste sentido, o conjunto de todos estes factores condiciona de forma muito especial a evolução na Península, afectando directamente a actuação de Portugal.

A grande ruptura nesta orientação tem lugar entre os anos de 1465-1468 e 1479-80. A partir da grande crise do reinado de Henrique IV de Castela, muda o panorama político da Península. Até esse momento, o bloco luso-castelhano actua num plano ofensivo. É fundamentalmente uma orientação dirigida para o Mediterrâneo, que se traduz em duas grandes linhas: Granada e Norte de África, por um lado, e Catalunha e Levante, por outro. Em contrapartida, depois de meados de 1465, a iniciativa passa para Aragão. Não é por acaso que os anos 80 representam uma mutação significativa no desenvolvimento da expansão atlântica dos portugueses. A este propósito, tenha-se em conta que este triste período tem um termo oficial em 1479. Neste ano, assina-se a *paz das Alcáçovas-Toledo*, pela qual se põe termo à *Guerra da Sucessão de Castela*, e na qual Portugal renuncia à política praticada até então. Também neste ano, Fernando e Isabel reúnem nas suas cabeças as coroas das duas grandes monarquias forjadoras da unidade espanhola. É uma importante referência cronológica.

Aparentemente, no final da década dos anos 70, a política peninsular de Portugal apresenta um saldo negativo. Ao terminar a *Guerra da Sucessão de Castela*, a herança da amizade luso-castelhana traduz-se num resultado antagónico daquele por que lutaram, tanto Afonso V como Henrique IV: a união entre Castela e Aragão. O já citado tratado das *Alcáçovas-Toledo*, de 1479-1480, constitui assim o instrumento diplomático que vai regulamentar, em termos de relacionamento luso-castelhano, a nova situação. Juridicamente, não se cria nenhum instrumento novo. Reafirma-se a paz de 1431, transcrevendo integralmente o respectivo texto. Mas, em termos políticos, o acordo está cheio de novidades. Põe-se fim à *Guerra da Sucessão de Castela* através do reconhecimento dos *Reis Católicos*, e ambos os reinos acordam entre si a divisão do Atlântico por uma linha horizontal hipotética situada ao nível da ilha mais meridional das Canárias. Castela, vitoriosa no campo de batalha, acaba por ceder, no campo diplomático, o Oceano conhecido a Portugal; na realidade, através de Fernando -o herdeiro da Coroa de Aragão-, o reino vizinho está mais sensibilizado para os urgentes problemas italianos (desde meados dos anos 70 que, aí, a situação se vinha progressivamente agravando). De qualquer modo, reafirma-se esta articulação política, que, a meu ver, constitui a principal característica diferenciadora dos tratados luso-castelhanos do século XV: o acordo político a respeito dos problemas internos dos reinos (no caso das *Alcáçovas*, trata-se do reconhecimento da legitimidade da sucessão castelhana na pessoa de Isabel) aparece ligado ao acordo sobre o mar. Como acontecera, embora embrionariamente, em 1431, e como acontecera claramente em 1455, quando do casamento de Henrique IV com Joana de Portugal. É bem visível que, no espírito dos negociadores, em todos estes anos, a política interna e os conflitos no Atlântico são domínios indissociáveis.

Também no âmbito da história portuguesa (na evolução da sua política interna e na evolução da sua expansão marítima) esse ano tem importância. Os seus responsáveis percebem, finalmente, que as suas bases atlânticas lhes dão um importante suporte em termos de autonomia na Península, mas que estas não têm ainda suficiente dimensão

para lhes assegurar um peso específico no conjunto europeu. Talvez por isso, a partir deste momento, a defesa da rectaguarda diplomática possibilitada pela aliança com Castela-Aragão torna-se, paradoxalmente, tão importante para a continuação da expansão atlântica. Aliás, assiste-se então a uma perfeita continuidade desta política até ao início do século XVI, reafirmada claramente, em 1494, quando é assinado o tratado de Tordesilhas.

As circunstâncias em que este tratado é assinado são perfeitamente conhecidas⁷. Assim, limito-me a chamar a atenção para alguns aspectos que reputo fundamentais. Também aqui há uma clara associação entre acordo marítimo e acordo político. Esta é a constante, para a qual tenho chamado a atenção. Agora, em 1494, o tratado de Tordesilhas implica igualmente um componente de idêntico perfil: a aceitação da sucessão da coroa de Portugal na pessoa de Manuel, à qual, por sua vez, não seria alheio o compromisso de casamento do futuro rei com a princesa castelhana, viúva do defunto príncipe Afonso. Este casamento veio a ter lugar, pouco depois da subida de Manuel ao trono. A meu ver, Tordesilhas constitui, no conjunto dos diferendos e de problemas a que pretende dar solução –já de forma expressa, já de forma subentendida–, um verdadeiro ponto central, onde convergem, em regime de mútuo embricamento, por um lado, algumas das mais importantes questões que afectaram o relacionamento luso-castelhano ao longo de todo o século XV, e, por outro lado, as linhas mestras da delimitação de espaços decorrentes da expansão marítima peninsular. Neste contexto, exerce –tanto em termos de ponto de chegada como de partida– uma função reguladora de primeiro plano, na península e nos territórios descobertos por portugueses e castelhanos.

Em Tordesilhas divide-se o mar. Com efeito, é no quadro das relações luso-castelhanas que nasce o verdadeiro Atlântico moderno – e tudo o que ele implica –; de facto, são os textos diplomáticos –Alcáçovas e sobretudo Tordesilhas– onde se formula pela primeira vez a ideia moderna de espaço oceânico. Com Tordesilhas começa a modernidade. Pode-se, em resumo, afirmar que, em finais do século XV, o espaço delimitado por este tratado, para além da matéria objecto do acordo político –o espaço oceânico–, acentua ainda mais o papel do vizinho reino castelhano como horizonte prioritário da política diplomática portuguesa. Nesse aspecto, a herança do reinado de João II de Portugal é clara: na medida em que a expansão oceânica é assumida politicamente em termos de prioridade pela monarquia lusitana, todo o sistema de relações internacionais de Portugal acaba por se pautar pela defesa do obtido em Junho de 1494. Ou seja, Castela apresenta-se como o palco reforçado em função do qual se orientam as principais decisões lusitanas no domínio externo.

Neste sentido, a orientação política levada a cabo pelo rei Manuel situa-se na perfeita linha de continuidade em relação à política desenvolvida pelo cunhado. Trata-se de um aspecto visível em variados domínios, como na sua política matrimonial. Mas talvez o melhor exemplo desta dimensão prioritária adquirida por Castela na política externa portuguesa se encontre no tratamento político que o rei de Portugal dá à descoberta do caminho marítimo para a Índia, em 1497-1499, mercê da viagem de Vasco da Gama. É um aspecto evidente nas manifestações públicas, no aproveitamento monumental do evento, ou na nova titulação régia⁸. Tudo isto, se representa a exportação para o Oriente das práticas do equilíbrio compensado, anteriormente desenvolvidas pelos portugueses no Atlântico, afecta directa e simultaneamente toda a orientação diplomática seguida

por Portugal, no Atlântico e no Mediterrâneo. Agora, mais do que nunca, impõe-se uma política de colaboração europeia, e nomeadamente, peninsular. É este o sentido do reforço da aliança castelhana intensificada por Portugal nos inícios do século XVI, na qual o monarca *venturoso* continua a tradição herdada de Tordesilhas. Pelas consequências que advirão desta política, os *Filipes* não estão longe...

Notas

¹ Nomeadamente em: *O Essencial sobre o Tratado de Windsor*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986, e *Portugal entre dos mares*, Madrid, Editorial Mapfre, 1993.

² Sobre isto, veja-se o meu trabalho «O papel de Granada no horizonte da política peninsular portuguesa em meados do século XV», *Relaciones Exteriores del Reino de Granada* (IV Colóquio de Historia Medieval Andaluza; edição Cristina Segura Graíño), Almería, Instituto de Estudios Almerienses, 1988, pag. 383-392.

³ Desenvolvi estas ideias em *Navegación y corso en el Mediterráneo Occidental. Los Portugueses a mediados del siglo XV*, Pamplona, EUNSA, 1978; «O Porto nas rotas do Mediterrâneo Ocidental (vésperas da época moderna)», *Revista de História* do Centro de História das Universidades do Porto, vol. 3, 1982, pag. 127-139; e em «Le Portugal entre la Méditerranée et l'Atlantique au XVe siècle». *Le Portugal au XVe siècle* (Actas do colóquio), Paris, Fundação C. Gulbenkian, 1989, pag. 147-162 [separata dos «Arquivos do Centro Cultural Português, vol. XXVI, 1989].

⁴ Uma primeira aproximação ao tema encontra-se no meu estudo «Algumas considerações acerca das relações comerciais e marítimas de Portugal com Génova na Baixa Idade Média», *Actas do Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua época*, vol. 3, Porto, Universidade do Porto e Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1989, pag. 635-644.

⁵ Desenvolvi esta interpretação nos meus trabalhos: «La época de Enrique IV y Juan II de Aragón», *Historia General de España y América*, tomo V, Madrid, Rialp, 1981, pag. 405-447; «As rotas da navegação portuguesa entre o Mediterrâneo e o Atlântico na época de Colombo», *Atti del V Convegno Internazionale di Studi Colombiani (Navi e navigazione nei secoli XV e XVI) [Génova, 1987]*, Génova, Civico Istituto Colombiano, 1990, pag. 519-535; e «La storiografia portoghese tra Mediterraneo e Atlantico», *L'Europa tra Mediterraneo e Atlantico*. Economia-Società-Cultura (dir. Gabriella Airaldi), Génova, ECIG, 1992, pag. 15-21.

⁶ Cf. o meu estudo *O Condestável D. Pedro de Portugal, a Ordem Militar de Avis e a Península Ibérica do seu tempo (1429-1466)*, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1982.

⁷ Estas ideias foram desenvolvidas nos meus trabalhos: *O Tratado de Tordesilhas e a diplomacia luso-castelhana no século XV*. Estudo introdutório (leitura do texto do tratado de MARIA CRISTINA CUNHA). Lisboa, Edições Inapa, 1991; «El Tratado de Tordesillas: antecedentes y significado», *El Tratado de Tordesillas*, [s.l.], Banco Bilbao Vizcaya, 1993, pag. 133-182. Edição portuguesa «O Tratado de Tordesilhas: Antecedentes e significado», *O Tratado de Tordesilhas*, Lisboa, Banco Bilbao Viscaya (Portugal), 1994, pag. 129-173; «O Tratado de Tordesilhas: algumas reflexões sobre o seu significado», Actas do congresso *El Tratado de Tordesillas y su época*, organizado pela Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses e pela Sociedad V Centenarios del Tratado de Tordesillas (Setúbal. Salamanca. Tordesillas, 1994.06.2-6), Valladolid, 1995, vol. 2.º, pag. 1187-1205; e, em conjunto com JOSÉ MANUEL RUIZ ASENCIO, *Corpus Documental del Tratado de Tordesillas*, Valladolid, Sociedad V Centenario del Tratado de Tordesillas- Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1995. Introdução intitulada *De Tordesilhas a Saragoça, do Atlântico do Pacífico, 500 anos depois* (pag. 9-23).

⁸ As ligações íntimas entre a viagem de Vasco da Gama e a política luso-castelhana são explicitadas no meu estudo *Vasco da Gama. O homem, a viagem, a época*, Lisboa, Expo 98 e Comissão de Coordenação da Região do Alentejo, 1997 (2ª edição, idem, 1998).